



Agência de FOMENTO do Paraná S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99 – Av. Vicente Machado 445/4º andar – CEP: 80.420-010 - Curitiba - Pr



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de Fomento do Paraná S.A. - FOMENTO é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 através do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em “promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas compatíveis com as estratégias do governo”, a FOMENTO atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado;
- Disponibilização de financiamentos com recursos próprios em programas destinados a segmentos específicos, identificados como demandadores de crédito de fomento, associados a projetos do Estado do Paraná.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A FOMENTO registrou Lucro Líquido de R\$ 40.743 mil no 1º semestre de 2011, o que representa aumento de 18,43% em relação ao semestre anterior (R\$ 34.404 mil em junho de 2010), o que resultou em rentabilidade média de 3,31% sobre o Patrimônio Líquido médio de R\$ 1.229.134 mil.

O Patrimônio Líquido teve um incremento de 13,65% proveniente da capitalização em dezembro de 2010 de R\$ 100 milhões pelo acionista majoritário Estado do Paraná, bem como, reflexo da destinação de R\$ 22.090 mil do lucro apurado no segundo semestre de 2010, por ocasião do levantamento do balanço anual em 2010 e de R\$ 27.196 mil do lucro apurado no primeiro semestre/2011, por ocasião do balanço semestral de 2011.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A FOMENTO, instrumento financeiro e componente vital para os projetos e programas de desenvolvimento do Estado do Paraná, neste 1º semestre atuou estrategicamente no diagnóstico do seu posicionamento em relação ao mercado, a partir de diversas perspectivas: clientes, parceiros, acionistas, controlador acionário, agentes reguladores e fiscalizadores e, dos seus colaboradores. Analisando as diferentes perspectivas, alguns pontos em comum foram identificados: a existência de espaço para a potencialização das suas ações no mercado paranaense, a necessidade de diversificação de linhas de financiamento, a captação de novos recursos, a prospecção e estabelecimento de novas parcerias, investimentos nos meios físicos, tecnológicos e no desenvolvimento de pessoas. Estes são os requisitos essenciais, requisitados pela sociedade, para o novo patamar da única instituição de fomento genuinamente paranaense. Neste sentido, empreende-se um primeiro movimento pela atual gestão: tornar a instituição fortalecida a partir de sua base, para que num curto espaço de tempo possa cumprir, ampliar e ocupar com competência o seu papel como agente financeiro voltado aos empreendimentos públicos e privados.

Em sintonia com a política de desenvolvimento do novo governo, a FOMENTO, a partir de uma nova estratégia, numa abordagem pró-ativa, vem buscando, nas ações sinérgicas com as instituições indutoras do desenvolvimento do Estado, criar novas linhas de crédito, identificando parceiros que possam oferecer produtos e serviços nos 399 municípios do Estado. Assim, objetiva concentrar esforços em ações que injetem recursos nas economias locais e regionais, que reduzam as disparidades entre regiões e proporcionem aumento das riquezas.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Instituição prioriza o atendimento aos microempreendimentos formais e informais operando mediante financiamento a investimentos, sob a denominação de Programa de Microcrédito Banco Social; ainda implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão e, ao mesmo tempo, viabilize o acesso dos interessados ao financiamento superando a ausência de capilaridade da estrutura de atendimento.

I) Microcrédito – Programa Banco Social

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais

excluídos do sistema tradicional de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado desde 2001 mais de R\$ 129 milhões através de mais de 34 mil contratos, beneficiando empreendedores localizados em 397 dos 399 Municípios do Paraná. Atendendo a todas as regiões do território paranaense, no primeiro semestre de 2011 as operações seguiram englobando os vários segmentos da economia, buscando atender, assim, às diretrizes estratégicas do Governo do Estado.

II) Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios – SFM

Destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paracacidade, tendo contratado desde 2002, R\$ 1,087 bilhões através de 2012 contratos, tendo liberado R\$ 894 milhões até junho de 2011. O capital destacado para operações no referido Sistema é de R\$ 927 milhões.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios. Esse programa também é operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paracacidade, tendo contratado desde de 2006 R\$ 149 milhões através de 528 contratos, tendo liberado R\$ 148 milhões até junho de 2011. O capital destacado para operações no referido Sistema é de R\$ 133 milhões.

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas – REPARTE, mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Programa Bom Emprego Pequena Empresa - PROBLEM

Lançado em setembro de 2009, o programa destina crédito para projetos de micro e pequenas empresas do Estado optantes do SIMPLES NACIONAL e contribuintes do ICMS.

Contando com recursos da FOMENTO e do BNDES, o programa também tem como característica a equalização da taxa de juros (a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE) para as empresas que mantiverem a quantidade de empregos, podendo obter redução em 5 pontos percentuais ao ano na taxa de financiamento.

V) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005, com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em setembro foi firmado termo de cooperação com o BRDE para compartilhar operações, visando atender com repasse de financiamentos do BNDES Automático e FINAME as micro e pequenas empresas do Paraná. Estão sendo estudadas novas ações para incrementar o uso de recursos no âmbito dos diversos programas do BNDES.

VI) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A FOMENTO é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, a exemplo do fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e a equalização de taxas de juros. E, nos casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendam as necessidades dos agricultores, a instituição aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários.

VII) Programa de Apoio a Cooperativas de Crédito - PROCRED

Desenvolvido para disponibilizar financiamentos a taxas competitivas aos cooperados de cooperativas de crédito, mediante a modalidade de Segundo Piso – empréstimo às cooperativas para repasse aos tomadores finais, com limitação

de spread.

VIII) Programa de Financiamento à Inovação

Destina-se às empresas participantes do Programa Agentes Locais de Inovação-ALI da Fundação Araucária/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Sebrae PR, financiando investimentos em inovação, mediante oferta de linha de crédito em condições adequadas ao tipo de aplicação.

IX) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a FOMENTO deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

GESTÃO DE FUNDOS E COBRANÇA DE ATIVOS

Além da atividade de instituição financeira estruturando e operando financiamentos, a FOMENTO realiza a gestão operacional e financeira de Fundo de Aval Rural, Fundo de Desenvolvimento Econômico e a atividade de cobrança da carteira de Ativos pertencentes ao Estado do Paraná.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A FOMENTO é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, criado pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares, necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para assegurar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil.

II) Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

Fundo destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná mediante apoio financeiro às empresas. Na FOMENTO, o fundo é utilizado para concessão de subvenção econômica: ao Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários e Programa Bom Emprego Pequena Empresa, nas modalidades de equivalência produtos e equalização de taxas de juros, respectivamente.

III) Cobrança de Ativos e Bens

A FOMENTO, também é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/01.

COMITÊ DE AUDITORIA

Em cumprimento ao estabelecido no Art. 10, inciso I da Resolução BACEN 3.198/04 a partir do exercício de 2011 a FOMENTO passou a ser obrigada a constituir órgão estatutário denominado comitê de auditoria, o qual teve composição aprovada pelo BACEN através do Comunicado 21.020 de 09 de maio de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento inicial das grandes diretrizes da nova Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o papel da FOMENTO como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado. Para tanto, as suas ações devem ser pautadas nas premissas e diretrizes associadas às Metas de Governo 2011-2014. A reformulação da missão, da visão e dos valores institucionais da FOMENTO, no contexto estratégico e estatutário de “Promover o desenvolvimento sustentável, através do apoio técnico e financeiro voltados as necessidades da sociedade compatíveis e aderentes às estratégias do Governo”, confirma esse alinhamento.

As ações desenvolvidas pela instituição no 1º semestre de 2011, e registradas no presente Relatório de Administração, demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental e a implementação de suas prioridades, e a atuação direcionada a todas as regiões e setores do território paranaenses, independentes do seu grau de dinamismo, isso tudo contextualizado e inscrito nos pactos internos, produtos da modelagem governança por resultado.

Curitiba, 30 de junho de 2011.

A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO (Em Milhares de Reais)					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
Circulante	749.840	588.321	Circulante	36.549	25.567
Disponibilidades	34	33	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Títulos e Valores Mobiliários	587.647	446.863	Oficiais (Nota 3i e 8)	528	577
Carteira Própria (Notas 3c e 4a)	587.647	446.863	BNDES	36	–
Operações de Crédito	161.786	140.993	FINAME	492	577
Operações de Crédito (Notas 3d, 5a, 5b e 5c)	163.387	142.099	Outras Obrigações (Nota 9)	36.021	24.990
Setor Público	153.628	137.064	Cobrança e Arrecadação de Tributos		
Setor Privado	9.759	5.035	e Assemelhados	3	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 5c e 5d)	(1.601)	(1.106)	Sociais e Estatutárias	16.490	11.439
Outros Créditos	324	365	Fiscais e Previdenciárias	12.306	10.583
Diversos (Nota 6)	324	365	Diversas	7.222	2.965
Outros Valores e Bens	49	67	Exigível a Longo Prazo	19.258	16.482
Material em Estoque	43	56	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Despesas Antecipadas (Nota 3f)	6	11	Oficiais (Nota 3i e 8)	467	435
Realizável a Longo Prazo	548.154	546.511	BNDES	200	–
Títulos e Valores Mobiliários	90.344	113.515	FINAME	267	435
Carteira Própria (Notas 3c e 4a)	90.344	113.515	Outras Obrigações (Nota 9)	18.791	16.047
Operações de Crédito	454.232	429.965	Diversas	18.791	16.047
Operações de Crédito (Notas 3d, 5a, 5b e 5c)	457.541	432.624	Patrimônio Líquido (Nota 11)	1.242.732	1.093.446
Setor Público	448.892	423.981	Capital - De Domiciliados no País	1.095.551	995.551
Setor Privado	8.649	8.643	Reservas de Capital	6	6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e, 5c e 5d)	(3.309)	(2.659)	Reservas de Lucros	147.175	97.889
Outros Créditos	3.578	3.031	Total do Passivo	1.298.539	1.135.495
Diversos (Nota 6)	3.578	3.031			
Permanente	545	663			
Investimentos - Outros Investimentos	2	1			
Imobilizado de Uso (Notas 3g e 7a)	482	554			
Outras Imobilizações de Uso	1.337	1.365			
Depreciações Acumuladas	(855)	(811)			
Diferido (Nota 3g e 7b)	61	108			
Ativos Diferidos	257	257			
Amortizações Acumuladas	(196)	(149)			
Total do Ativo	1.298.539	1.135.495			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em Milhares de Reais)		
	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira	70.597	56.869
Operações de Crédito	35.087	33.918
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	35.510	22.951
Despesas da Intermediação Financeira	(820)	93
Operações de Empréstimos e Repasses	(31)	(35)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(789)	128
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	69.777	56.962
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(14.547)	(10.221)
Despesas de Pessoal	(4.488)	(3.682)
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(6.939)	(3.298)
Despesas Tributárias	(3.310)	(2.672)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	870	906
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(680)	(1.475)
Resultado Operacional	55.230	46.741
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	55.230	46.741
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.487)	(12.337)
Provisão para Imposto de Renda	(10.635)	(9.054)
Provisão para Contribuição Social	(3.852)	(3.283)
Lucro Líquido	40.743	34.404
Juros sobre o Capital o Próprio	(13.547)	(11.439)
Número de Ações	1.095.551	995.551
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	37,19	34,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em Milhares de Reais)						
Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros
			Ágio p/ Subs. Ações	Legal	Estatutária	Acumulados
						Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010	835.551	–	6	26.553	158.371	–
Aumento de Capital						
- Com Subscrição em Dinheiro	–	50.000	–	–	–	50.000
- Com Incorporação de Reservas	–	110.000	–	–	(110.000)	–
- Aumento de Capital Homologado BACEN	160.000	(160.000)	–	–	–	–
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	–	34.404
Destinações						
- Reservas	–	–	–	1.720	21.245	(22.965)
- Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	–	(11.439)
Saldos em 30 de junho de 2010	995.551	–	6	28.273	69.616	–
Mutações do Período	160.000	–	–	1.720	(88.755)	–
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1.095.551	–	6	29.928	90.051	–
Lucro Líquido do Semestre	–	–	–	–	–	40.743
Destinações						
- Reservas	–	–	–	2.037	25.159	(27.196)
- Juros s/ Capital Próprio	–	–	–	–	–	(13.547)
Saldos em 30 de Junho de 2011	1.095.551	–	6	31.965	115.210	–
Mutações do Período	–	–	–	2.037	25.159	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em Milhares de Reais)		
	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Semestre	40.743	34.404
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades		
Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	69	74
Constituição (Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	789	(128)
Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	453	1.256
Constituição (Reversão) de Outras Provisões	(2)	–
Lucro Líquido Ajustado	42.052	35.606
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais		
Títulos e Valores Mobiliários	38.551	93.207
Operações de Crédito	(9.317)	21.252
Baixa para Prejuízo - Provisão p/ Operações de Crédito	(118)	(54)
Outros Créditos	(252)	(154)
Outros Valores e Bens	(13)	(16)
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais		
Outras Obrigações	(307)	126
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.509)	4.898
Impostos e Contribuições a Recolher	(26)	(39)
Caixa Líquido Proveniente /Utilizado nas Atividades Operacionais	62.061	154.826
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicações em Imobilizado de Uso	(22)	(37)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(22)	(37)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento (Redução) Líquido em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(192)	(272)
Aumento (Redução) em Adiantamento para Futuro		
Aumento de Capital	3.091	1.063
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	–	(58.165)
Aumento de Capital em Dinheiro	–	50.000
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	2.899	(7.374)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	64.938	147.415
Modificações na Posição Financeira		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período (Nota 2 e 4b)	465.792	240.211
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período (Nota 2 e 4b)	530.730	387.626
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	64.938	147.415
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR I				
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em Milhares de Reais)				
Descrição	2011	%	2010	%
Receitas	70.016		56.440	
Intermediação Financeira	70.597		56.869	
Provisão para Créditos de Liquidação				
Duvidosa	(789)		128	
Outras	208		(557)	
Despesas da Intermediação Financeira	(31)		(35)	
Insumos Adquiridos de Terceiros	(7.828)		(4.179)	
Materiais, Energia e Outros	(35)		(39)	
Serviços de Terceiros	(5.876)		(2.359)	
Outras	(1.917)		(1.781)	
Comunicação	(55)		(42)	
Publicação	(36)		(53)	
Serviços do Sistema Financeiro	(91)		(69)	
Processamento de Dados	(535)		(475)	
Pessoal - Terceirizado	(950)		(925)	
Outras	(250)		(217)	
Valor Adicionado Bruto	62.157		52.226	
Depreciação e Amortização	(69)		(74)	
Valor Adicionado a Distribuir	62.088		52.152	
Distribuição do Valor Adicionado	62.088	100,00%	52.152	100,00%
Pessoal	3.530	5,69%	2.727	5,23%
Remuneração Direta	2.403		1.819	
Benefícios	476		360	
FGTS	147		126	
Outros Encargos Sociais	504		422	
Impostos, Taxas e Contribuições	17.808	28,68%	15.010	28,78%
Federais	17.808		15.010	
Remuneração de Capitais de Terceiros	7	0,01%	11	0,02%
Aluguéis	7		11	
Remuneração de Capitais Próprios	40.743	65,62%	34.404	65,97%
Juros sobre o Capital Próprio	13.547		11.439	
Lucros Retidos	27.196		22.965	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais)	
Nota 1 – Contexto Operacional	
A Agência de Fomento do Paraná S.A - FOMENTO é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401 de 30/12/98 e nº 12.419 de 13/01/99. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828 de 30/03/2001, alterada pelas Resoluções 3.706/09, 3.757/09 e 3.834/10. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:	
I. Fundos constitucionais;	
II. Orçamentos estadual e municipal;	
III. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.	
Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.	
Nota 2 – Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e quando aplicável, as normas e instruções do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras utilizam a nomenclatura e a classificação padronizadas pelo COSIF e determinadas pelo Banco Central do Brasil. Houve a reclassificação no fluxo de caixa em relação ao ano anterior, no item Caixa	
e Equivalentes de caixa, que em 2010 considerava apenas as disponibilidades em Moeda Nacional e em 2011 estão sendo consideradas as aplicações em Cotas de Fundo de Investimento que possuem resgate em até 90 dias e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, conforme demonstrado na Nota 4b. Conseqüentemente a apresentação de tal item, conforme divulgado naquele semestre, está sendo adaptada a fim de manter a comparabilidade dos fluxos. Está sendo divulgada de forma complementar a Demonstração de Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei 11.638/07 e ainda não regulamentada pelo BACEN. A qual visa permitir análises adicionais sobre as demonstrações financeiras apresentadas.	
Nota 3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas	
As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais destacam-se:	
a) Apuração do Resultado	
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pró-rata” dia para as de natureza financeira.	
b) Estimativas Contábeis	
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A FOMENTO revisa as estimativas e premissas periodicamente.	
c) Títulos e Valores Mobiliários	
Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834, de 28/01/10, do CMN a FOMENTO passou a aplicar suas disponibilidades de caixa, em	

cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu Fundo Exclusivo, sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os quais foram consolidados nessas demonstrações financeiras, conforme demonstrado na Nota 4a.

As Agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei 11.638/2007.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixadas.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/99, do CMN, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”.

e) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, obedecidas as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00 do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

f) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, é registrado no ativo e reconhecido no resultado observando o regime de competência.

g) Ativo Permanente

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados baseados nas seguintes taxas anuais:

Equipamentos de Uso	10%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Processamento de Dados	20%
Sistema de Transporte	20%

Os gastos diferidos são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Em observância à Resolução do CMN nº. 3.617/08 o saldo registrado no diferido será mantido até sua efetiva baixa.

h) Redução do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a instituição avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

i) Atualização Monetária de Obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do período.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A Instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa.

As provisões são constituídas mensalmente, de acordo com a legislação vigente para cada imposto.

Os valores aprovacionados mensalmente, estimados sobre a base de cálculo inerentes a cada imposto, são calculados considerando as seguintes alíquotas:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda ⁽¹⁾	10,00%
Contribuição Social	9,00%

⁽¹⁾ Calculado sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000, mensais.

Nota 4 – Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira Própria

Discriminação	Vencimento	Jun/2011	Jun/2010
Títulos Públicos Federais		126.482	145.947
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-A	12/2014	126.482	145.947
Cotas de Fundos de Investimento-Exclusivo		551.509	414.431
Operações Compromissadas - NTN-F	1 Dia	126.276	231.499
Títulos Públicos Federais - LFT e LTN	07/2013 a 09/2017	374.433	156.094
Títulos Públicos Federais - Pré - LTN e NTN-F	07/2011 a 01/2012	50.800	26.838
Total		677.991	560.378
Circulante		587.647	446.863
Longo Prazo		90.344	113.515

As LFT's estão registradas a valor de mercado, sendo utilizado o preço unitário constante na “Tabela de Preços para Lastro de Títulos Federais (Res.BACEN 550)”, divulgado pela ANBIMA. Os títulos se compõem de 99.900 LFT-A, que possuem resgates em parcelas mensais e consecutivas que no 1º semestre de 2011 totalizaram R\$ 17.508 mil.

As cotas de fundos de investimento exclusivo somam R\$ 551.509 mil em 30 de junho de 2011, são constituídas por aplicações em operações compromissadas e Títulos do Tesouro Nacional, pré e pós-fixados composto por Letras do Tesouro Nacional – LTN e Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Do total aplicado R\$ 500.709 mil possui liquidez diária podendo a Instituição efetuar resgates necessários, sendo que R\$ 50.800 mil possui compromisso de manter até o vencimento. Essas aplicações não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais)

b) Equivalentes de Caixa

	Jun/2011	Jun/2010
Disponibilidades	34	33
Aplicações em Cotas de Fundo de Investimento	530.696	387.593
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	530.730	387.626

Nota 5 – Operações de Crédito

A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

a) Composição por Faixa de Vencimento

	Jun/2011	Jun/2010
Parcelas Vincendas	620.521	574.553
Até 180 dias	83.414	72.862
De 181 a 360 dias	79.566	69.067
Acima de 360 dias	457.541	432.624
Parcelas Vencidas	407	170
Até 60 dias	251	94
De 61 a 180 dias	118	51
Acima de 180 dias	38	25
Total da Carteira	620.928	574.723

b) Composição por Setor de Atividade Econômica

	Jun/2011	Jun/2010
Setor Privado	18.408	13.678
Rural	265	687
Indústria	1.356	545
Comércio	4.852	483
Intermediação Financeira	434	834
Outros Serviços	2.325	2.700
Pessoas Físicas	9.176	8.429
Setor Público	602.520	561.045
Administração Direta Municipal	602.520	561.045
Total da Carteira	620.928	574.723

c) Composição por Nível de Risco

Classificação de Risco	Total das Operações	% Part.	Provisão %	Jun/2011 Valor da Provisão	Jun/2010 Valor da Provisão
AA	17.821	2,87	–	–	–
A	373.834	60,21	0,5	1.869	2.247
B	217.258	34,99	1,0	2.173	1.093
C	10.780	1,74	3,0	323	44
D	622	0,10	10,0	62	15
E	93	0,01	30,0	28	67
F	107	0,02	50,0	53	10
G	39	0,01	70,0	28	6
H	374	0,05	100,0	374	283
Total	620.928	100,00		4.910	3.765

d) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito

	Jun/2011	Jun/2010
Saldo no Início do Período	4.239	3.947
Provisão Constituída	1.487	463
Reversão de Provisão	(698)	(591)
Efeito no Resultado	789	(128)
Créditos Baixados para Prejuízo	(118)	(54)
Saldo no Fim do Período	4.910	3.765

e) Créditos Renegociados e Recuperados

	Jun/2011	Jun/2010
Discriminação		
Renegociação	23	9
Recuperação de Créditos Baixados Prejuízo	117	151

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 4.861 mil em junho de 2011 (R\$ 4.985 mil em junho de 2010).

Nota 6 – Outros Créditos - Diversos

O saldo do grupo “Outros Créditos”, registrados no Circulante e Realizável a Longo Prazo esta composto conforme a seguir:

	Jun/2011	Jun/2010
Adiantamento e Antecipação Salarial	209	255
Devedores por Depósitos em Garantia	3.692	3.141
Devedores Diversos Pais	1	–
Total	3.902	3.396
Circulante	324	365
Longo Prazo	3.578	3.031

Nota 7 – Ativo Permanente

a) Imobilizado de Uso

			Jun/2011 Depreciação Acumulada	Jun/2011 Valor Líquido	Jun/2010 Valor Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	724	(315)	409	476
Sistema de Comunicação	10%	16	(12)	4	5
Processamento de Dados	20%	540	(506)	34	26
Sistema de Transporte	20%	57	(22)	35	47
Total		1.337	(855)	482	554

b) Diferido

			Jun/2011 Amortização Acumulada	Jun/2011 Valor Líquido	Jun/2010 Valor Líquido
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	36	(21)	15	22
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logiciais	20%	221	(175)	46	86
Total		257	(196)	61	108

(*) – Taxa anual de depreciação e amortização

Nota 8 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Essas obrigações correspondem aos saldos de recursos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, com repasses aos mutuários finais, estão atualizadas até a data do balanço pelas disposições contratuais de cada modalidade, conforme segue:

BNDES Automático – é operado em parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 0,9 % a.a, as amortizações são mensais e o vencimento final será em 15/09/16;

FINAME – Programa Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA, operado em parceria com o Banco CNH Capital S.A., é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 0,3% a.a, as amortizações são semestrais e se estenderão até 15/01/2012;

FINAME - Programa FINAME PSI Automático, operado diretamente pela FOMENTO junto ao BNDES, tem a incidência de juros de 1,5% ou 2,5% ao ano, as amortizações são mensais e o vencimento final será em 15/12/17.

Nota 9 – Outras Obrigações

O saldo do grupo “Outras Obrigações”, registrados no Circulante e Exigível a Longo Prazo esta composto conforme a seguir:

	Jun/2011	Jun/2010
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3	3
IOF a Recolher	3	3
Sociais e Estatutárias	16.490	11.439
Juros s/ Capital Próprio	16.490	11.439
Fiscais e Previdenciárias	12.306	10.583
Provisão para Imposto e Contribuições s/o Lucro (Nota 3j)	11.508	9.948
Provisão para Imposto e Contribuições a Recolher	798	635
Diversas	26.013	19.012
Dotação para Aumento de Capital ⁽¹⁾	4.154	1.063
Despesas de Pessoal	672	573
Provisão para Passivos Contingentes (Notas 3i e 10)	16.003	12.656
Credores Diversos	5.184	4.720

Total	54.812	41.037
Circulante	36.021	24.990
Longo Prazo	18.791	16.047

⁽¹⁾ Refere-se ao valor recebido do Acionista Estado do Paraná, em virtude da gestão da carteira de crédito dos Ativos do Estado do Paraná e Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE.

Nota 10 – Provisão para Passivos Contingentes

A FOMENTO é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, através da análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

a) Ações Trabalhistas

A instituição é parte em ações trabalhistas, movidas principalmente por terceirizados bolsistas do CITPAR, que, em sua maioria, correspondem ao pedido de FGTS, horas extras, INSS, equiparação salarial, intervalos e juros de mora do período “laborado”, verbas, as quais, excluindo-se o primeiro e as horas extras a serem pagas sem o adicional, existem possibilidades de êxito nas demandas aforadas. A empresa é demandada, ainda, por ex-funcionários concursados, cujo pedido principal refere-se ao não pagamento da Participação nos Lucros e Resultados – PLR nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. O Ministério Público do Trabalho, aforou Ação Civil Pública contra a Agência de FOMENTO, em decorrência da alteração do prestador de serviço, relativo ao plano de saúde oferecido aos funcionários, sendo que o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região condenou a empresa ao pagamento de R\$ 100 mil a título de danos morais coletivos. Da referida decisão foi interposto Recurso de Revista para o Superior Tribunal do Trabalho - TST.

O valor da provisão atualizada até 30 de junho de 2011 soma R\$ 563 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Jun/2011
Ações	
Ministério Público Federal - Plano de Saúde	118
Pessoal Terceirizado - CITPAR	305
Participação nos Resultados - Funcionários	140
Total	563

b) Ações Cíveis

A instituição é parte em uma Ação de Cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela FOMENTO contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/2009, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/2010. A FOMENTO interpôs o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento.

A instituição é parte também em ações aforadas, por mutuários, visando a reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual.

A instituição é parte também em ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta Capital.

O valor da provisão atualizada até 30 de junho de 2011 soma R\$ 2.310 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Jun/2011
Ações	
Ação de Cobrança - ABDE	1.232
Danos Morais e Materiais - Mutuários	587
Cobrança de Honorários Advocatícios	491
Total	2.310

c) Ação Fiscal – Municipal

Em dezembro de 2006 a instituição sofreu autuação da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2001 a 2004. Os referidos autos visam à cobrança de ISS sobre a receita de prestação de serviços decorrentes da cobrança da Carteira de Créditos dos Ativos de titularidade do Estado do Paraná sob a gestão FOMENTO, bem como, cobrança pela não retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço, principalmente aqueles decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a FOMENTO/ SEFA e PARANACIDADE/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. A empresa apresentou impugnação dos referidos autos, tendo sido julgado em sua grande maioria improcedente. Em janeiro de 2008 a FOMENTO apresentou recurso contra a decisão o qual será apreciado pela Junta de Recursos Administrativos Tributários. No início de 2007 o município de Curitiba ajuizou execução fiscal da dívida ativa – autos 72059/2007 em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública – Falências e Concordatas de Curitiba, sendo que esta FOMENTO apresentou exceção de pré-executividade a qual foi julgada procedente. Em 10 de dezembro de 2010, a instituição sofreu nova autuação por parte da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de Curitiba, referente aos exercícios de 2005 a 2008, tais autos versam sobre o mesmo objeto de autuação dos anos anteriores e totalizou R\$ 5.171 mil. Relativamente a esse auto, em razão dos valores relativos aos exercícios de 2007 e 2008 estarem depositados em Juízo na Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaidade (autos nº 321/2007 – 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), a instituição constituiu provisão no montante de R\$ 2.525 mil. A FOMENTO interpôs recurso impugnando administrativamente os autos de infração lavrados. O montante constituído de provisão para cobrir eventuais perdas em ações fiscais municipais, atualizado até 30 junho de 2011, soma R\$ 13.130 mil.

d) Movimentação das Provisões Constituídas

	Jun/2011				Jun/2010
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Total
Saldo no Início do Semestre	677	2.147	12.734	15.558	11.493
Movimentação com					
Efeito no Resultado	(109)	166	396	453	1.256
Atualização/Encargos	30	169	396	595	872
Constituição	–	17	–	17	537
Baixa por Reversão	(139)	(20)	–	(159)	(153)
Baixas por Pagamento	(5)	(3)	–	(8)	(93)
Saldo no Final do Semestre	563	2.310	13.130	16.003	12.656

Nota 11 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 1.095.551 mil, representado por 1.095.551 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Por deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social poderá ser aumentado até o valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Juros sobre o Capital Próprio e Destinação do Lucro Líquido

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto Social da instituição, no 1º semestre de 2011, foi creditado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio que será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 13.547 mil, correspondente a 35% do lucro líquido apurado no semestre ajustado, após dedução da reserva legal.

Os referidos juros, foram registrados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, no entanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, adequação aos princípios contábeis e atendimento à Circular –BACEN nº 2.739/97, os juros constam como destinação de resultado, diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, na rubrica Lucros Acumulados em contrapartida registrada na rubrica “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias”, no passivo circulante.

Em conformidade ao estabelecido no artigo 48 do Estatuto Social da Instituição, o resultado apurado no semestre foi destinado da seguinte forma:

	Jun/2011	Jun/2010
Lucro Líquido do Semestre	40.743	34.404
Reserva Legal (5% do LL)	2.037	1.720
Lucro Líquido Ajustado	38.706	32.684
Juros sobre o Capital - Propostos (35% do LL)	13.547	11.439
Constituição Reserva Estatutária - Aumento de Capital	25.159	21.245



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Em Milhares de Reais)

Nota 12 – Outras Despesas Administrativas

	Semestres Findos em 30 de Junho	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	5.794	2.299
Processamento de Dados	536	475
Serviços do Sistema Financeiro	91	69
Depreciações e Amortizações	69	74
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	67	20
Serviços Técnicos Especializados	65	15
Despesas de Comunicação	55	42
Viagens	32	66
Transportes	19	19
Outras Despesas Administrativas	211	219
Total	6.939	3.298

Nota 13 - Outras Receitas Operacionais

	Semestres Findos em 30 de Junho	
	2011	2010
Recuperação de Encargos e Despesas	696	719
Reversão de Provisões	161	153
Outras	13	34
Total	870	906

Nota 14 - Outras Despesas Operacionais

	Semestres Findos em 30 de Junho	
	2011	2010
Provisões para Contingências - Trabalhistas	30	158
Provisões para Contingências - Cíveis	186	587
Provisões para Contingências - Fiscais	396	664
Outras	68	66
Total	680	1.475

Nota 15 – Acordo de Basiléia

Os limites operacionais da FOMENTO foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07 que tratam do

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º Semestre de 2011, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, e as respectivas Notas Explicativas pertinentes. Sobre estas demonstrações, os Senhores Auditores Independentes expressam a opinião de que as mesmas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.

Assim, observam os membros deste Conselho, que as demonstrações financeiras do 1º Semestre de 2011 encontram-se em condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 11 de agosto de 2011.

Jefferson Renato Rosolem Zaneti
Conselheiro
Jorge Sebastião de Bem
Conselheiro
Nilson Monteiro Menezes
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Juraci Barbosa Sobrinho
Diretor Presidente

Cristina Angélica B. Stephanes
Diretora

Heraldo Alves das Neves
Diretor

Jurandir Rodrigues de Oliveira
Diretor

Samuel Ieger Suss
Diretor

Luciane Tessaro Perissatto
Contadora – CRC PR-044315/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Jorge Haully
Presidente do Conselho

Conselheiros:
Cezar Augusto Carollo Silvestri
Paulo Henrique Carrano Santos
Juraci Barbosa Sobrinho
Ruy Fonsatti Junior
Hélio Bampi
Norberto Anacleto Ortigara
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Iram de Rezende
Ardisson Naim Akel

cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	Jun/2011	Jun/2010
PR – Patrimônio de Referência	182.646	127.313
Nível I	1.242.671	1.093.338
Patrimônio Líquido	1.242.732	1.093.446
Ativo Permanente Diferido	(61)	(108)
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	1.060.025	966.025
Destaque para Operações com o Setor Público ⁽¹⁾	1.060.025	966.025
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	19.978	10.325
Parcela de Risco de Crédito (Pepr)	2.421	1.866
Parcela de Risco Operacional (Popr)	17.557	8.459
Parcela de Risco de Mercado ⁽²⁾ (Pjur,Pcom,Pcam,Pacs)	-	-
RBAN ⁽³⁾ – Risco da Carteira Banking	40	175
Margem = PR – (PRE + Rban)	162.628	116.813
Índice de Basiléia (PR X 100) / (PRE / 0,11)	100,57	135,64

⁽¹⁾ Conforme art. 3º da Res. 2827/01, o destaque de PR não integra o PR para cálculo dos limites operacionais.

⁽²⁾ As operações da FOMENTO não estão classificadas na carteira de negociação e portanto não se sujeitam ao cálculo das parcelas PJUR, PCOM, PCAM e PACS.

⁽³⁾ Exigência de capital para exposições sujeitas ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Carteira Banking).

Nota 16 – Cobertura de Seguros

A FOMENTO mantém seguro para cobertura do seu imobilizado de uso no montante de R\$ 855 mil, com apólice vigente até 11/10/2011, para os veículos de uso pertencentes à FOMENTO o valor da cobertura é de 100% sobre a Tabela de Preços Médios de carros da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, com apólices vigentes até 28/08/2011.

Nota 17 – Gerenciamento de Riscos

a) Risco Operacional

A instituição dispõe de política e estrutura implementada para a gestão de riscos operacionais, conforme disciplinado pela Resolução 3.380/06 do CMN/BACEN.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2011

Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de FOMENTO do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades: I - revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de FOMENTO do Paraná S/A;

II - analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;

III - avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;

IV - avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;

V - identificou a inexistência de quaisquer questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;

VI - analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;

VII - cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen.

Conclusões

As informações e observações obtidas no 1º Semestre de 2011 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de contínuas revisões e implementações de melhorias.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Agência de Fomento do Paraná S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Agência de Fomento do Paraná S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

Sua avaliação ocorre de forma freqüente, sendo envidados esforços contínuos no sentido de minimizá-los. A alocação mensal de capital para fazer face aos riscos operacionais, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, se dá por meio da parcela de risco operacional (POPR), apurada utilizando-se a **metodologia de Indicador Básico**. E ainda, no âmbito de registro de perdas associadas a risco operacional, há contínuo monitoramento sobre perdas resultantes de eventos adversos, que são identificadas junto às áreas gestoras das atividades da instituição, e seu histórico é registrado e compilado em relatório gerencial.

b) Risco de Mercado

A instituição tem estabelecidas as diretrizes compatíveis com a exposição a risco de mercado e liquidez das suas operações, garantindo e disciplinando as responsabilidades por meio de normas internas, conforme determinação da Resolução 3.464/07, CMN/BACEN. A estrutura de gerenciamento de riscos envolve desde a alta administração até as gerências das áreas e contempla as atribuições, bem como as ações e estratégias destinadas a manter a exposição aos riscos de mercado em níveis aceitáveis pela instituição.

De acordo com a Resolução 3.464/07, do CMN/BACEN, a carteira da FOMENTO está caracterizada como de não negociação, sendo o controle dos riscos de mercado realizados conforme tratamento estipulado pela Circular 3.365/07, do BACEN, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros de operações classificadas na carteira de não negociação (carteira banking - Rban) e mantém capital suficiente para sua cobertura.

c) Risco de Crédito

Em atendimento a Resolução 3.721/09, do CMN/BACEN, foi aprovada em 28/06/2010 pelo Conselho de Administração, a Norma Corporativa PRESI NC-03, que define a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito da FOMENTO. A referida norma estabelece as diretrizes, estrutura funcional, responsabilidades e procedimentos que constituem o processo de gerenciamento do Risco de crédito da instituição de forma compatível com a natureza das operações, complexidade de produtos e serviços oferecidos e de acordo com os níveis de exposição a risco de crédito.

Maiores informações sobre a estrutura e política de gerenciamento de riscos encontram-se disponibilizadas em nosso sítio através do endereço eletrônico <http://www.fomento.pr.gov.br>.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2011 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de FOMENTO do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 15 de agosto de 2011.

Kedny Siqueira Bostelmann
Coordenador
Francisco Xavier de Oliveira
Membro Efetivo

Jefferson Rocha
Membro Qualificado
Arwed Baldur Kirchgassner
Membro Suplente

pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agência de Fomento do Paraná S.A.**, em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Parágrafo de outros assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de julho de 2010, que não conteve nenhuma modificação.

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 08 de fevereiro de 2011, que não conteve modificação.

Curitiba, 03 de agosto de 2011



KPMG Auditores Associados
(nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5-S-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9